

AS MULHERES LIVRES DA ESPANHA: UMA ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Luana Franco Aurélio¹; Leonardo Guedes Henn²

RESUMO

Este artigo visa abordar as principais razões pelas quais se fez necessário a criação de um movimento libertário fundamentalmente ligado à questão de gênero. À luz de Marta A. Ackelsberg e Margaret Rago, o trabalho é um estudo de caso voltado as obras que versam sobre a criação da organização *Mujeres Libres*, que esteve ativa durante o período de Guerra Civil na Espanha (1936-1939) e mesmo após, mantendo-se as edições revista homônima da organização. Durante esse período conturbado da história da Espanha, os movimentos anarcossindicalistas possuíam grande força dentre a população, sendo a *Mujeres Libres* uma organização que, apesar das ligações ideológicas, as fundadoras deste movimento necessitaram de uma organização independente que lutasse pela emancipação feminina, junto das demais reivindicações anarquistas do período. Sendo a Espanha uma nação fortemente de tradição patriarcal e masculina, as mulheres que formam a organização objeto deste trabalho, encontram resistência dentro do próprio movimento libertário.

Palavras-chave: Mulheres; Guerra Civil; Espanha; Anarcossindicalismo.

Eixo Temático: Educação, Cultura e Comunicação (ECC).

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é uma produção de artigo científico voltada à disciplina de História Global II, do curso de História da Universidade Franciscana. A autora foi orientada pelo Prof. Dr. Leonardo Guedes Henn, que ministrou a disciplina em questão no primeiro semestre de 2021. Dentro do conteúdo abarcado pela disciplina, o recorte histórico-temporal escolhido para esta produção é a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A partir do diálogo propiciado pelos conteúdos estudados ao longo do semestre, foi possível construir o presente artigo juntando as áreas de estudo que

¹Autora/Apresentadora – Universidade Franciscana, UFN. Bolsista RP/CAPES – luana.aurelio@ufn.edu.br

² Prof. Orientador – Universidade Franciscana, UFN. – lghenn@ufn.edu.br

cabem à temática do texto: História das Mulheres, movimentos emancipatórios das mulheres no século XX, a versada Guerra Civil Espanhola e por fim, a tradição patriarcal secular presente na Espanha.

2. METODOLOGIA

A fim de afunilar e aprofundar os estudos acerca deste período específico da história espanhola, a autora buscou referencial teórico que versassem acerca da participação das mulheres neste conflito da Espanha. Desta forma, foi optado por uma metodologia de estudo de caso de obras voltadas à história da Fundação ou Organização Mulheres Livres (*Mujeres Libres*), um dos movimentos de emancipação feminina mais relevantes do século XX. Assim, interrogo, por quais razões foi necessário, para essas mulheres, a criação de um movimento independente dos demais que integrasse suas reivindicações como mulheres e como anarquistas. A escolha de determinada temática deu-se por algumas razões: uma grande afinidade da autora com o estudo da História das Mulheres e um ascendente interesse pelo movimento anarquista feminino da Espanha. Além, é claro, da importância da discussão sobre as ações promovidas pela Mulheres Livres, contribuindo de maneira imensurável para os movimentos feministas contemporâneos. Assim, com este trabalho, objetiva-se, à luz de algumas bibliografias básicas, como *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, buscando basear a pesquisa no capítulo do mesmo livro, História das Mulheres, de Rachel Soihet; *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola*, de Margareth Rago e Maria Clara Pivato Biajoli e *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a guerra civil espanhola*, de Marta A. Acklesberg, evidenciar as principais razões pelas quais um grupo de mulheres anarquistas resolveu criar uma organização separada das demais organizações libertárias, que defendia, além dos preceitos anarquistas, os direitos e a libertação das mulheres. Para embasamento do contexto histórico no qual a Fundação Mulheres Livres esteve ativa: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), as obras *A Era dos Extremos*, de Eric Hobsbawm e *A Guerra Civil Espanhola*, de Josep M. Buades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em meio a uma Europa temerosa de mais um confronto de grandes proporções, ainda recuperando-se dos traumas causados pela Primeira Grande Guerra e pela Crise de 1929, havia a ascensão no nazismo alemão e do fascismo italiano. E este contexto não era diferente na Espanha, exceto pelo elemento de neutralidade na Primeira Guerra Mundial, que lhe rendeu livre comércio com as potências bélicas envolvidas no conflito. Porém, em uma década, a Espanha experienciou uma república democrática, um duro golpe militar apoiado pelos fascistas, uma rebelião da esquerda revolucionária e por fim, uma sangrenta e cruel guerra civil, que acabou tendo os militares liderados por Francisco Franco como vencedores, o que desencadeou em uma longa e repressiva ditadura militar na Espanha.

Devido a liberdade comercial e neutralidade espanhola do Rei Afonso XIII na Primeira Guerra, o Banco da Espanha acumulou reservas de ouro, mas, de acordo com o andamento do conflito, a condição de vida das camadas populares foi piorando. Sofriam com a falta de alimentos e outros produtos de necessidade, além da alta inflação. O resultado disso foi uma onda de greves e revoltas populares. Em 1917, foram organizadas greves gerais pelos anarquistas da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e pelos socialistas da União Geral dos Trabalhadores (UGT). É interessante ressaltar que, apesar das diferenças ideológicas entre anarquistas e socialistas, os dois grupos se uniram em prol de uma causa única. A ameaça revolucionária foi arbitrariamente repreendida e dissolvida, porém, isso não impediu a união e organização dos movimentos trabalhistas, que continuaram ativos nos anos que se seguiram.

Os anos de 1917-9 na Espanha vieram a ser conhecidos como o “biênio bolchevique”, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. (HOBSBAWM, 1995. p. 58)

Após uma série de acontecimentos que não cabem à discussão neste artigo, o rei Afonso XIII finaliza uma ditadura malsucedida e convoca eleições municipais. O inesperado, neste momento, veio com os resultados dos votos populares, nos quais os candidatos republicanos obtiveram uma vitória esmagadora sob os candidatos monárquicos. Em meados de abril de 1931, o rei foge e se refugia em Roma. Em consequência da ausência do poder maior, o regime republicano foi instaurado e

intitulado de Segunda República Espanhola, que existiu de 1931 até sua dissolução em 1939, ao fim da Guerra Civil.

Em abril de 1936, a vitória da Frente Popular nas eleições amedrontou os proprietários de terras e de indústrias, ao mesmo passo que gerou esperança de mudanças profundas nos trabalhadores. Ainda na década de 1930, a Espanha possuía uma economia fundamentalmente agrária, caracterizada por um desenvolvimento irregular e em níveis extremos de desigualdade. (ACKELSBERG, 2019). Em meados de julho de 1936, alguns generais da guerra do Marrocos entre eles, o futuro ditador espanhol: Francisco Franco, neste momento, exilados, organizaram um Golpe de Estado dirigido à Segunda República. A insurreição dos militares não encontrou, em primeiro momento, resistência organizada. Franco, portanto, em 18 de julho, proclama estado de guerra, agitando o cotidiano da região da Andaluzia (sul da Espanha, próximo ao Marrocos). A partir disso, bairros populares começam a demonstrar resistência à insurreição militar, e os militares das principais cidades espanholas começam a aderir ao movimento de levante contra a Segunda República.

Em todas as vias de convergência previstas, as forças insurretas se chocam então com elementos hostis, do tiro isolado às barricadas populares e às barreiras de metralhadora das Guardas de Assalto. (VILAR, 1989. p. 37)

Em relação às organizações populares, tanto políticas como também sociais, estiveram presentes em muitos lugares e em diversos momentos específicos da história espanhola. Em 1936, isto não foi diferente. Para este trabalho, a autora opta por mencionar apenas as organizações do movimento libertário, que segundo Ackelsberg (2019), utiliza este termo para referir-se às complexas atividades realizadas pelas organizações anarquistas e anarcossindicalistas da Espanha. Estas, seriam: a Confederacion Nacional del Trabajo (CNT), a Federación Ibérica de Juventudes Libertarias (FIJL), a Federación Anarquista Iberica (FAI) e a organização objeto de estudo deste presente artigo, a organização Mujeres Libres (Mulheres Livres).

A MUJERES LIBRES: MULHERES SEM MESTRES, NEM DEUSES

Antes de explanar sobre a formação da organização Mulheres Livres, é de suma importância declarar que a historiografia vasta que versa sobre os

acontecimentos entre 1936 e 1939, assim como muitas outras historiografias, é seletiva. Após o fim da guerra civil, ou como se referem alguns autores, da revolução espanhola, o regime ditatorial de Francisco Franco moveu esforços a fim de tentar apagar a participação ativa das organizações libertárias na Espanha com repressões sociais e econômicas aos republicanos, no geral. Estudos mais recentes sobre esse período peculiar na história da Espanha demonstram que:

O que continua a crescer de uma forma exponencial é a bibliografia sobre a repressão franquista durante a guerra e no pós-guerra, que desde os anos 90 é um dos principais temas da investigação sobre o conflito. (GARCÍA, 2006. p. 129)

Isto, portanto, reflete a seleção dos acontecimentos pela historiografia do pós-guerra. E, ao haver uma seleção, uma escolha, um recorte do tema em questão, sempre haverá aqueles que ficam de fora, ou melhor, neste caso, aquelas que foram excluídas da História, as mulheres anarquistas que lutaram na organização “*Mujeres Libres*” durante a Guerra Civil Espanhola. (RAGO; BIAJOLI, 2008)

Ao buscar a emancipação feminina em diversas organizações que, a princípio, seriam voltadas a este objetivo, estas mulheres anarquistas não obtiveram os resultados desejados. Os anarquistas acreditam que a única forma de libertação deve ser obtida a partir do processo de rompimento com todas as formas de hierarquia e de dominação, isto é, romper com todas as relações de autoridade, como o exercício de poder dos governantes, das instituições religiosas ou a desenvolvida a partir das relações econômicas. Partindo do modelo de teoria analítica das relações de dominação proposta pelo anarquismo, é possível compreender as diferentes formas de subordinação nas quais as mulheres se encontram, principalmente, na Espanha. Além disso, este modelo teórico de análise é capaz de proporcionar um diálogo entre a opressão sofrida pelas mulheres e por outros grupos sociais. Porém, nesse caso específico do contexto da Guerra Civil Espanhola, a teoria pode se distanciar muito da prática.

Na Espanha, a mulher é considerada muito inferior ao homem, como mero objeto de prazer e produtora de filhos. Não me surpreenderia se somente os burgueses pensassem assim, porém, é incrível comprovar o mesmo conceito pré-diluviano entre os operários e até entre nossos próprios camaradas. (GOLDMAN. In RAGO; BIAJOLI, 2008. p.64)

Para Ackelsberg (2019), mesmo que muitos autores buscassem reconhecer a importância da emancipação das mulheres para o projeto anarquista e projeto social como um todo, poucos foram os que deram prioridade a essas questões. Ao tornar as reivindicações das mulheres anarquistas secundárias, estas sendo um grupo pequeno de militantes, resolveram romper com todas as tradições, buscando valorizar as características da mulher e cultivar as diversidades espirituais e sexuais, a fim de extrair da mulher a individualidade, elemento essencial do Anarquismo.

A estas militantes anarquistas, então, coube a reivindicação seguinte: evidenciar aos companheiros do sexo masculino que, mesmo a igualdade sendo um preceito básico do movimento anarquista, a mulher nesta sociedade (e em tantas outras), encontra-se em situação de desvantagem, de subordinação aos homens, sem esquecer que estas relações são consequência da maneira como a mulher sempre foi tratada nesta sociedade espanhola. Mercedes Comaposada, uma das iniciadoras da Mulheres Livres teve contato com a CNT ainda adolescente, enquanto estudava em Madrid e foi chamada para ministrar aulas no sindicato. Mercedes, assim como Lucia Sánchez Saornil, concluíram, após experiências semelhantes, que a forma com a qual as mulheres eram tratadas dentro do próprio movimento libertário era inaceitável. Amparo Poch y Gascón, outra iniciadora da Mulheres Livres, escreveu que, de acordo com as noções tradicionais da monogamia, a mulher era uma propriedade permanente do homem, dada pela Igreja ou pelo juiz (ACKELSBURG, 2019). Questionavam: quando o projeto anarquista estivesse completo, na sociedade anarquista seria preservada a autoridade inquestionável do marido ou esta autoridade deveria, também, ser abolida? Reflexão muito pertinente, pois vai de encontro ao objetivo principal do anarquismo de dar um fim a todas as relações de autoridade e hierarquia.

Desta forma, é possível observar que, mesmo dentro do movimento libertário espanhol, as militantes encontraram dificuldade no processo de emancipação feminina, tornando a criação de um movimento independente imprescindível para a manutenção de seus direitos, como mulheres e como indivíduos participantes de uma coletividade. Para além da organização propriamente dita, era necessário encontrar uma forma que garantisse que suas palavras seriam proferidas.

Compreendemos que, para o desenvolvimento de nossos planos, o mais urgente era um órgão de propaganda que sistematizasse a divulgação de nossas ideias até onde fosse possível. [...] 1936, nascia a revista *Mujeres Libres*. (SAORNIL, 1937. In RAGO; BIAJOLI, 2008. p. 36)

Em relação a escolha das palavras “*Mujeres Libres*” para denominar a organização, à “*mujeres*”, buscavam preencher a palavra com significado que lhes havia sido negado por tanto tempo. Ao associá-lo ao adjetivo “*libres*”, desejavam definir-se absolutamente independentes de todo e qualquer grupo político. É imprescindível ressaltar que, com a junção dessas duas palavras, objetivavam reivindicar um conceito de mulher livre que não estivesse carregado de errôneas interpretações e que não subjugasse nenhuma mulher. A autora do artigo reitera a importância de relacionar a subordinação feminina na Espanha com a longa e imponente tradição católica na História espanhola: o longo processo de Reconquista contra os mouros; na unificação, no século XVI, o elemento aglutinador das divergentes regiões espanholas foi o catolicismo, com o casamento dos reis católicos; a existência ativa do Tribunal do Santo Ofício na Idade Moderna, que perseguia os hereges e demonizava a figura do feminino, entre outros elementos. Todo este histórico de tradição e forte presença da Igreja Católica na Espanha contribui para o problema estrutural da dominação masculina e subordinação feminina.

4. CONCLUSÃO

Por fim, a organização Mulheres Livres, dedicada a libertação das mulheres das escravidões como mulheres, trabalhadoras e, também, libertá-las da ignorância foi um dos maiores movimentos por emancipação das mulheres no século XX, tendo mobilizado cerca de 20 mil mulheres que exerciam diversas funções, inclusive atuando nos fronts de batalha, enquanto a Espanha vivia uma crítica e mortífera guerra civil. Mesmo tendo duração curta, de três anos, a existência de um movimento independente voltado à libertação das mulheres como trabalhadoras e como *mulheres* é um marco indissociável do movimento feminista contemporâneo, ainda que, à época e posteriormente, as militantes da *Mujeres Libres* não se considerassem feministas. Isso não deve ser barreira para o estudo da experiência vivida por essas mulheres; deve, inclusive, ser utilizado como um (dos muitos) ponto

de reflexão acerca da excepcionalidade do movimento em relação aos demais movimentos feministas do século XX. Ademais, existem muitos outros tópicos e assuntos a serem discutidos em relação a esta temática, porém, devido ao recorte pequeno desta produção, a autora optou por não aprofundar as questões de determinadas problemáticas relativas às condutas de moralidade e sexualidade atribuídas às mulheres espanholas de classes mais populares da Espanha neste período. Contudo, as leituras prévias para este artigo contaram com capítulos específico, em especial, nas obras principais referenciadas aqui, sendo aproveitados para a reflexão geral expressa no trabalho.

REFERÊNCIAS

- ACKELSBERG, Martha A. **Mulheres Livres**: a luta pela emancipação feminina e a guerra civil espanhola. São Paulo: Elefante, 2019. Tradução de: Júlia Rabahie.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: a escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BUADES, Josep M. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/4132/pdf/>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século 20 (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. **Mujeres Libres da Espanha**: documentos da revolução espanhola. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**: 1936-1939. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Tradução de: Regina Célia Xavier Freire.